

Averbamento nº: Foi escritura lavrada no 13º Cartório Notarial de Lisboa, a folhas 84 do Livro de Notas 139-E, foi feito um aditamento e rectificação a esta escritura, tendo sido dada nova redacção ao seu artº 1º. Lisboa, 28 de Fevereiro de 1996.  
O Ajudante Principal, em exercício, *[assinatura]*

Livro 20. F.º  
fol. 84  
Reatung

### CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

---No dia doze de Julho de mil novecentos e noventa e um, em Lisboa e no Sétimo Cartório Notarial, perante mim <sup>pleno</sup> JOÃO AUGUSTO FERREIRA PAULETA, ajudante principal em exercício das funções notariais por se encontrar de férias a Notária Interina do Cartório Licenciada MARIA DO CARMO ANTUNES DOS SANTOS, compareceram como outorgantes: \_\_\_\_\_

#### PRIMEIRO

---JOSÉ MARIA HURTADO RIOS, casado, natural de Espanha, de Nacionalidade Espanhola, residente na Rua Pedro de Sintra nº 35, em Lisboa. \_\_\_\_\_

#### SEGUNDO

---GREGÓRIO ISIDRO ORTEGA NOGUEROL, natural de Espanha, de nacionalidade Espanhola, casado, residente na Avenida Almirante Reis, nº 219, em Lisboa. \_\_\_\_\_

#### TERCEIRO

---GUILLERMO DE LLERA GRAGERA, casado, natural de Espanha, de nacionalidade Espanhola, residente na Rua Raul Brandão, nº 114, S. Pedro do Estoril, Cascais. \_\_\_\_\_

-Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus bilhetes de identidade, respectivamente, números 16100215, de 14/10/88, 16047055, de 21/6/90, 16070793, de 29/5/90, todos emitidos pelo Centro de Identificação Civil e Criminal. \_\_\_\_\_

---E PELOS OUTORGANTES FOI DITO: \_\_\_\_\_

N<sup>o</sup> 2

---Que, pela presente escritura, constituem uma Associação que adopta a denominação "CASA DE ESPAÑA DE LISBOA", fica com a sua sede na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco Pereira, Empreendimento das Amoreiras, Torre dois, terceiro andar, sala três, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa.

-Tem por objecto acções culturais, recreativas e de ajuda mutua.

-Que, a associação regular-se-á pelos Estatutos constantes do documento complementar elaborado nos termos do artigo setenta e oito do Código do Notariado, cujo conteúdo os outorgantes declaram conhecer perfeitamente, pelo que, dispensam a sua leitura, documento que ARQUIVO:

---Foi-me exibido: certificado emitido pelo registo Nacional de Pessoas Colectivas em 10/4/91, comprovativo da admissibilidade da denominação adoptada pela Associação.

---Esta escritura foi lida aos outorgantes e explicado o seu conteúdo, em voz alta, na presença simultanea de todos.

*Suppletivo: pleno; Emenda: em sessão;*

*Assistente Principal, em sessão,  
Conta registada sob o nº 12*

*[Signature]*

52 7 91 29 10.1  
29  
Documento complementar elaborado nos termos do  
número dois do artigo setenta e oito do Código do  
Notariado e faz parte integrante da escritura  
lavrada em doze de Julho de mil novecentos e noventa  
e um, exarada de folhas trinta e sete do livro número  
vinte-F, das notas do Sétimo Cartório Notarial de Lisboa.

CAPITULO I  
Denominação, Sede, Duração e Objecto

Artigo 1º

A Associação fundada em dezanove de Junho de mil novecentos e nove, denominada "Casa de España de Lisboa", é uma associação apolítica, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. \_\_\_\_\_

Artigo 2º

- 1- A Associação tem a sua sede em Lisboa, na Av. Engenheiro Duarte Pacheco Pereira, Empreendimento Amoreiras, Torre 2, 3º, sala 3, freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa.  
2- A sede pode ser transferida para outra localidade mediante deliberação da Assembleia Geral. \_\_\_\_\_

Artigo 3º

A Associação tem como finalidade o desenvolvimento de acções culturais, recreativas e de ajuda mútua.

§ Para a prossecução do seu objectivo a Associação manterá relações de intercâmbio social e cultural com a Administração regional e local de Portugal e Espanha, bem como, com as Instituições que desempenham papel relevante na cultura dos dois países. \_\_\_\_\_

Artigo 4º

A Associação é constituída por pessoas, sem distinção de nacionalidade, interessadas no desenvolvimento das relações culturais entre Portugal e Espanha.

CAPITULO II  
Dos Associados

Artigo 5º

1º São Associados efectivos: As pessoas singulares ou colectivas, legalmente constituídas, que estejam inequivocamente interessadas em dar concretização ao objecto Associativo.

2º São Associados honorários: Aqueles que tenham prestado serviços relevantes à associação ou que pela sua personalidade, prestígio ou outros méritos sejam merecedores dessa qualidade, podendo ser pessoas singulares ou pessoas colectivas legalmente constituídas.

Artigo 6º

A admissão dos Associados será feita da seguinte forma:

1- Todos os Associados existentes à data da aprovação destes estatutos pela Assembleia Geral se consideram automaticamente admitidos;

2- A admissão dos Associados efectivos compete à Direcção e far-se-à mediante proposta de dois Associados efectivos;

3- A admissão da proposta dos Associados honorários tem de ser apresentada pela Direcção à Assembleia Geral que decidirá da admissão;

4- Da recusa formal de admissão de Associados efectivos pela Direcção, cabe recurso do interessado dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral que submeterá a proposta de admissão à Assembleia Geral.

Artigo 7º

Os Associados a partir do momento da sua admissão têm direito:

1-

a) A frequentar a sede da Associação e assistir às manifestações culturais promovidas pela Associação;

b) Utilizar os serviços da Associação nas condições que forem estabelecidas;

c) Receber um cartão de identificação em seguida ao pagamento da primeira quota;

d) Ser nomeado pela Direcção, nas condições determinadas, para qualquer secção interna, comissão especializada ou representação;

24 1167-7-10  
e) Gozar de todos os beneficios que lhes conferem os presentes estatutos e, bem assim, aqueles que pela Direcção, ou Assembleia Geral, vierem a ser criados;

2- São Direitos exclusivos dos Associados efectivos com antiguidade superior a seis meses:

- a) Subscriver propostas de novos Associados;
- b) Discutir e votar sobre todos os assuntos que se tratem na Assembleia Geral;
- c) Eleger e serem eleitos para qualquer cargo da Associação;
- d) Requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral;
- e) Fazer-se representar por outro associado efectivo nas reuniões da Assembleia Geral mediante credencial dirigida ao Presidente da Mesa;
- f) Subscriver listas de candidatos aos órgãos da Associação.

#### Artigo 8º Aquisição dos direitos

Os direitos dos Associados efectivos adquirem-se em seguida ao pagamento da primeira quota e da respectiva jóia.

#### Artigo 9º Deveres dos Associados

1- São deveres de todos os Associados:

- a) Contribuir por todas as formas ao seu alcance, para o bom nome e prestígio da Associação e para a eficácia da sua acção;
- b) Cumprir os estatutos;
- c) Proceder com lealdade em relação aos outros Associados;

2- São deveres dos Associados efectivos:

- a) Pagar pontualmente as quotas fixadas pela Assembleia Geral;
- b) Aceitar e servir gratuitamente os cargos da Associação para que foram eleitos, salvo escusa justificada, não sendo, porém, obrigados a aceitar a reeleição, ou a eleição para um cargo diferente, sem que tenham decorridos dois anos desde que deixaram de exercer qualquer cargo;
- c) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral.

3- Os Associados, pessoas colectivas, obrigam-se a comunicar por escrito, no prazo de trinta dias, as alterações dos corpos gerentes ou quaisquer outras que tenham implicação na sua posição face à Associação.

4- Os Associados honorários não estão sujeitos aos deveres constantes do corpo deste artigo.

29 1A 7 f6-4  
Artigo 10º  
Perda da qualidade de Associado

1 - Perdem a qualidade de Associado: \_\_\_\_\_

a) Aqueles que voluntariamente expressem a vontade de anular a filiação comunicando por carta registada com aviso de recepção, com pelo menos trinta dias de antecedência; \_\_\_\_\_

b) Aqueles que tenham em dívida quotas referentes a um ano e não as liquidem no prazo de trinta dias depois de receberem a notificação da Direcção por carta registada e com aviso de recepção, ou não justificarem cabalmente, no mesmo prazo, a impossibilidade de o fazerem; \_\_\_\_\_

c) Aqueles que se ausentarem do País por mais um ano, deverão comunicar a ausência à Direcção por carta registada com aviso de recepção; sob pena de perda de qualidade de sócio. \_\_\_\_\_

2- Compete à Direcção declarar a perda da qualidade de associado, cabendo-lhes, ainda no caso da alínea b) do número anterior autorizar a readmissão, uma vez liquidada a quantia em dívida.

Artigo 11º  
Disciplina

1- Constitui infracção disciplinar: \_\_\_\_\_

a) O não cumprimento de qualquer dos deveres referidos no Artigo nono; \_\_\_\_\_

b) A violação dos Estatutos e o não cumprimentos das obrigações associativas; \_\_\_\_\_

c) A prática de actos lesivos à Associação; \_\_\_\_\_

2- Compete à Direcção a instauração das averiguações sumárias de infracções disciplinares, podendo suspender o Associado pelo prazo máximo de três meses até à decisão do processo; \_\_\_\_\_

3- A pendência de averiguação sumária ou suspensão não isenta os Associados do cumprimento das obrigações para com a Associação;

Artigo 12º  
Sanções

1- As sanções aplicáveis nos termos do artigo anterior são as seguintes: \_\_\_\_\_

a) Advertência; \_\_\_\_\_

b) Expulsão; \_\_\_\_\_

2- A Direcção pode aplicar as sanções previstas na alínea a) do número um mas a enunciada na alínea b) carece da aprovação da Assembleia Geral e só será aplicada nos casos de grave violação dos deveres fundamentais dos Associados; \_\_\_\_\_





29 147 11.6 288 al.

Artigo 16º

Compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger a respectiva Mesa, Direcção e o Conselho Fiscal;
- b) Definir as linhas gerais da conduta associativa;
- c) Apreciar e votar o relatório, balanço e contas anuais da Direcção e parecer do Conselho Fiscal;
- d) Apreciar as propostas, pareceres ou votos que lhe sejam submetidos;
- e) Eleger os Associados honorários;
- f) Deliberar a dissolução e liquidação da Associação para o que são necessários o voto favorável de três quartos de todos os Associados;
- g) Definir as regras e critérios para a determinação do valor das jóias e quotas a pagar pelos Associados e o sistema de votação;
- h) Decidir pela exclusão dos Associados infractores;
- i) Julgar dos recursos interpostos através do seu Presidente da recusa de admissão de Associados efectivos.
- j) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei e pelos estatutos;
- i) Deliberar sobre a alteração dos estatutos para o que são exigidos os votos favoráveis de três quartos do número de Associados presentes.

Artigo 17º

1- A Assembleia Geral reunirá ordinariamente no primeiro trimestre de cada ano para votar o relatório, balanço e contas da Direcção e o parecer do Conselho Fiscal relativos ao ano anterior;

2- Extraordinariamente a Assembleia Geral reunirá por convocação do seu Presidente ou por requerimento da Direcção ou de um número não inferior a vinte cinco por cento dos Associados efectivos, no pleno gozo dos seus direitos associativos.

Artigo 18º

Convocatória e ordem do dia

A convocatória para qualquer reunião da Assembleia Geral será feita por carta registada expedida para cada Associado com a antecedência mínima de quinze dias com expressa menção da data, hora e local previstos para a sua realização e da respectiva ordem de trabalhos.



267 11/11/74  
Artigo 19º  
Funcionamento

1- A Assembleia Geral só pode funcionar, em primeira convocatória, desde que estejam presentes ou devidamente representados pelo menos, metade do número total de Associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

2- Não se verificando as presenças referidas no número anterior a Assembleia Geral funcionará, em segunda convocatória, trinta minutos depois da hora marcada para a primeira, com qualquer número de Associados.

3- A Assembleia Geral convocada a requerimento dos Associados só poderá funcionar se estiverem presentes tres quartos dos Associados solicitantes.

4- Para a alteração dos Estatutos são necessários os votos favoráveis de tres quartos dos sócios presentes, sendo as restantes deliberações por maioria absoluta dos Associados presentes.

Artigo 20º  
Forma de votação

1- As votações podem ser nominais, por escrutínio secreto e por levantados e sentados;

2- As votações por escrutínio secreto terão obrigatoriamente lugar quando se trate de eleições, de destituição de corpos gerentes e da dissolução de Associação;

Artigo 21º  
Ordem de trabalhos

1- Não é permitido deliberar sobre assuntos que não constem da ordem de trabalhos mencionados na convocatória para a Assembleia, salvo se estiverem presentes ou representados todos os Associados e se este assim o decidirem;

2- Nas reuniões extraordinárias será concedida, meia hora antes da Ordem do Dia, para esclarecimento e informação sobre a vida Associativa, a pedido de qualquer associado presente.

Artigo 22º  
Mesa da Assembleia Geral

A mesa da Assembleia Geral é constituída por: Um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

29 147: An. 2  
O Secretário da Direcção actuará como membro consultivo.

Artigo 23º  
Competência

A Mesa da Assembleia Geral é o órgão responsável pela orientação dos trabalhos da Assembleia e pela sua Secretaria, em tudo decidindo pela maioria dos votos da Assembleia Geral previamente ouvida e avaliada a posição da Direcção.

CAPITULO V  
Da Direcção

Artigo 24º  
Constituição

A Direcção será constituída por: Um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e tres vogais, todos associados efectivos.

Artigo 25º  
Competência

Compete à Direcção:

- a) Representar a Associação;
- b) Administrar a Associação com vista à plena prossecução dos fins estatutários;
- c) Criar e dirigir os serviços da Associação e elaborar os necessários regulamentos internos;
- d) Elaborar o orçamento de receitas e despesas para o ano imediato, bem como o relatório e contas do exercicio anterior;
- e) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e contidas nos regulamentos internos, bem como as deliberações da Assembleia Geral;
- f) Contratar os trabalhadores indispensáveis ao regular funcionamento da Associação, fixando os respectivos vencimentos e os demais direitos e obrigações contratuais no quadro da legislação em vigor;
- g) Em geral, praticar todos os actos necessários à gestão da Associação, com vista à plena consecução dos seus fins estatutários;

Artigo 26º  
Vinculação da Associação

1- Para vincular a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas de dois membros da Direcção, sendo obrigatória para cheques e ordens de pagamento a assinatura do Presidente ou de quem este delegar.

2- Para efeitos de expediente poderá ser delegada em funcionários qualificados a competência para a assinatura de documentos correntes, nomeadamente a assinatura de correspondência.

## CAPITULO VI Do Conselho Fiscal

### Artigo 27º

O Conselho Fiscal será formado por um Presidente e dois vogais, todos efectivos.

### Artigo 28º Competência

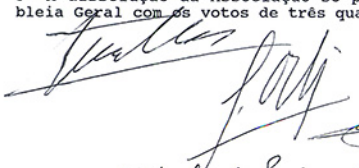
Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Dar parecer sobre o relatório, balanço e contas anuais da Direcção e orçamentos ordinários e suplementares.
- b) Examinar, sempre que entenda, a escrita da Associação e os serviços de tesouraria.
- c) Pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pela Assembleia Geral ou pela Direcção.
- d) Assistir, sempre que o entenda às reuniões da Direcção.
- e) Exercer todas as demais atribuições que lhe sejam cometidas pela lei ou pelos estatutos.

## CAPITULO VII Disposições Gerais

### Artigo 29º Dissolução e liquidação

- 1- A Assembleia Geral que deliberar a dissolução da Associação decidirá sobre a forma de prazo da liquidação, bem como o destino a dar aos bens que constituem o seu património;
- 2- Na mesma reunião será designada comissão liquidatária que passará a representar a Associação em todos os actos exigidos pela liquidação;
- 3- A dissolução da Associação só pode ser deliberada em Assembleia Geral com os votos de três quartos de todos os Associados.

  
O Ajudante Principal, em exercício,  
